

Imigração e educação: discutindo algumas pistas de pesquisa¹

Zeila de Brito Fabri Demartini

Resumo: Na história da educação são muitas as questões permeando a abordagem de qualquer tema e que, por vezes, demandam uma atenção talvez maior quando se trabalha com uma problemática por natureza já tão complexa: as relações entre diferentes grupos de imigrantes e o campo educacional. Discutimos aqui alguns pontos — que consideramos importantes para a pesquisa em história da educação — que se referem à presença de imigrantes na sociedade de adoção; estas reflexões foram surgindo das pesquisas que realizamos com diferentes grupos de imigrantes que chegaram ao Estado de São Paulo no final do século XIX e primeiras décadas do século XX: portugueses, japoneses e alemães. Nossas preocupações foram as vivências e as representações das famílias destes diferentes tipos de imigrantes, o que implicou o trabalho com diferentes fontes e com as várias gerações de famílias da capital e do interior para a compreensão da inserção das mesmas neste novo contexto. Anotamos algumas pistas que podem permitir um aprofundamento dos estudos para o estabelecimento de perspectivas histórico-comparadas sobre imigração e educação.

Palavras-chave: Imigração e educação, história da educação, metodologia de pesquisa.

Abstract: In the history of education there are many questions that pervade the approach of every subject. Sometimes they demand greater attention when one studies the complex issue of the relationship between different groups of immigrants and the educational field. Here we discuss some points we regard as important for the research on the history of education, related to the presence of immigrants in the society of adoption. These reflections emerged from researches carried out with different groups of immigrants that arrived in the State of São Paulo at the end of the 19th and during the first decades of the 20th century: Portuguese, Japanese and German immigrants. Our worries have been the ways of life and the representations of these different types of immigrants' families, and this led us to work with different sources and several generations in order to understand the insertion of these families in this new context. We used some clues that may allow a deeper study in order to establish historical-comparative perspectives on immigration and education.

Key words: Immigration and education, history of education, research methodology.

* Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), Centro de Estudos Rurais e Urbanos (CERU) / USP, CNPq. ceru@usp.br

1. Este texto foi apresentado no XXV International Standing Conference for the History of Education – ISCHE – 16 a 19 de julho de 2003 – Mackenzie – São Paulo – Brasil.

Nos últimos anos, estudiosos de várias áreas têm discutido a produção historiográfica, chamando a atenção para a incorporação de novos sujeitos, de fontes diversas de investigação, de maneiras diferentes de construção da narrativa histórica (BURKE, 1997). Na história da educação e na pesquisa nesta área, no Brasil, as discussões nessa direção já estão sendo realizadas há muitos anos (NÓVOA, 1992; NUNES, 1992); são muitas as questões permeando a abordagem de qualquer tema e a escrita da História; por vezes, demandam uma atenção talvez maior quando se trabalha com algumas problemáticas, como as relações entre diferentes grupos de imigrantes e o campo educacional.

Discutimos aqui alguns pontos que consideramos importantes para as pesquisas em história da educação, que se referem à presença de imigrantes na sociedade de adoção (SAYAD, 2000); estas reflexões foram surgindo das pesquisas que realizamos com diferentes grupos de imigrantes que chegaram ao Estado de São Paulo nos séculos XIX e XX: portugueses, japoneses e alemães.

É preciso considerar que, em algumas sociedades, a imigração é constituinte de sua história, é marca que se torna mais evidente quando os processos migratórios estão em curso, mas que permanece nessa sociedade de recepção; os processos migratórios, se são datados, enquanto entradas de imigrantes, são constituídos por levas de pessoas que carregam consigo as vivências e a cultura da sociedade de origem, as relações com povos distantes, a convivência com um outro Estado, que não o da sociedade de recepção. Como bem afirmou Sayad (2000, p. 10):

Não se pode ignorar a particularidade dos países do Novo Mundo que, em razão de sua história singular, são, por definição, países de imigração e países que, até o momento, apesar de parecerem ter esgotado sua capacidade de receber população, têm uma relação diferente com a imigração, distinguindo-se muito, neste ponto, dos países do Velho Mundo e, essencialmente, dos países europeus; uma particularidade que faz de toda a sua história, uma história de imigração, aquela dos conquistadores, dos colonos, dos negros, seus escravos e servos, etc., e, por isso mesmo, uma história principalmente da emigração européia (grifo nosso).

São países como o Brasil, em que a homogeneidade está sempre por construir, segundo Sayad (2000).

Esses elementos, entre muitos outros, nos permitem afirmar que uma sociedade como a paulista, que recebeu, ao longo dos séculos XIX e XX, inúmeras levas de imigrantes — provenientes de regiões variadas do mundo (além dos migrantes nacionais) —, que estão presentes na constituição demográfica de seu povo, só pode ser compreendida se o fenômeno migratório for considerado como constituinte de sua história e de seu modo de ser; o passado e o presente estão “carregados” dessas várias imigrações, embora nem sempre estas sejam tão evidentes à primeira vista.

A presença dessas “marcas” é visível nos diversos campos sociais; nos campos religioso, econômico, político, cultural, educacional, esportivo, militar, etc., os imigrantes estão presentes e a análise que leva em conta sua presença permite compreender melhor a história e estruturação desses campos em São Paulo (e no Brasil) (FAUSTO, 1976).

Refletir sobre a presença de imigrantes quando pensamos na história da educação em São Paulo torna-se, para nós, portanto, fundamental, especialmente quando abordamos a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX. Lembramos que, durante esse período, o Estado de São Paulo passou por grandes transformações: grande expansão da lavoura (especialmente a cafeeira), grande crescimento e diversificação das indústrias, transformação das vilas e cidades, urbanização intensa, forte crescimento demográfico, etc. Paralelamente, também foi nesse período que chegaram as grandes levas de imigrantes, especialmente a partir de meados do século XIX (CAMARGO, 1952).

Faremos referência aqui mais ao período da Primeira República, em que as transformações neste estado foram intensas e em que o campo educacional também recebeu atenções “diferenciadas”, impulsionado pelos ideais republicanos e pelas novas propostas pedagógicas (NAGLE, 1974; CARVALHO, 1989). A imigração também foi muito intensa durante esse período: entraram no Estado de São Paulo imigrantes provenientes de diferentes países da Europa e da Ásia.

Os censos realizados constataram a elevada participação dos estrangeiros no conjunto da população do Estado. Assim, se em 1888 havia 29.078 estrangeiros (80,77%) para um total de 36.825 habitantes, em 1920 o número de estrangeiros era muito mais elevado: passou para 772.779. Predominaram nesse período os imigrantes italianos, espanhóis, portugueses, japoneses e alemães, dentre vários outros grupos.

Quadro I – Estrangeiros no Estado de São Paulo, segundo a nacionalidade

NACIONALIDADE	1888	1920	1940	1980
Portugueses	9.853	167.198	155.251	174.089
Japoneses	xxx	24.435	128.957	89.361
Italianos	13.384	398.797	213.091	60.280
Espanhóis	1.003	171.289	121.162	57.369
Alemães	4.838	11.060	33.397	15.474
Outros	7.747	57.072	110.133	126.871
Subtotal	29.078	772.779	651.858	396.573
TOTAL	36.825	829.851	761.991	526.444

Fonte: Atlas da População do Estado de São Paulo, 1991.

Essa constatação de que a presença dos imigrantes é constituinte da sociedade paulista implica que procuremos observar o campo educacional levando em conta esta especificidade, que, aliás, também caracteriza outras regiões do País. (SEYFERTH, 2000; KREUTZ, 1998)

A imigração, reafirmamos, é um fenômeno que marca indelevelmente as sociedades envolvidas, tanto a de partida como a de adoção:

Em resumo, não se deixa sua terra impunemente, pois o tempo age sobre todos os seus pares. Não se prescinde impunemente do grupo e de sua ação cotidianamente presente, de sua pressão mais comum – a ponto de não ser mais ressentida como tal, tornando-se algo totalmente natural e independente – bem como de seus mecanismos de inserção social, mecanismos que são ao mesmo tempo prescritivos e normativos e, enfim, largamente performativos, no sentido de que visam compor a legítima definição da ordem social, tida como a única existente.

Assim como a ausência, a presença também tem seus próprios efeitos. Não se habita impunemente um outro país, não se vive no seio de uma outra sociedade, de uma outra economia, em um outro mundo, em suma, sem que algo permaneça desta presença, sem que se sofra mais ou menos intensa e profundamente, conforme as modalidades do contato, os domínios, as experiências e as sensibilidades individuais, por vezes, mesmo não se dando conta delas, e, outras vezes, estando plenamente consciente dos efeitos (SAYAD, 2000, p. 14).

No caso de São Paulo, em que foram inúmeros os grupos de imigrantes que aí chegaram, a questão imigratória, que envolve, para o grupo imigrante (e também para a sociedade de adoção), a referência a duas sociedades de pertencimento (a de origem e a de adoção), tornou-se ainda mais complexa: os habitantes da mesma sociedade de adoção, a paulista, tinham como referências outras muitas sociedades de origem: a italiana, a portuguesa, a alemã, a japonesa, a espanhola, a russa, a polonesa, etc. Cada uma dessas, com suas problemáticas e diferenciações internas, as quais permitiram que cada grupo fosse constituído por imigrantes com características diversas entre si: de origem rural ou urbana; de diferentes posições políticas; com poucos ou mais recursos financeiros; com diferentes capitais culturais; com processos de escolarização também distintos; etc.

Se considerarmos um conceito amplo de educação, envolvendo tanto a educação escolar como a não-escolar e a informal, que foram importantes no final do século XIX e nas primeiras décadas do XX, poderemos supor que pensar na educação em São Paulo nesse período assume inúmeras possibilidades de abordagem: cada grupo trouxe para esse novo contexto as suas experiências, expectativas e projetos de alguma forma relacionados com o campo educacional e a sociedade de origem; muitas vezes, também continuaram estabelecendo relações com os mesmos, embora

tão distantes. O que queremos destacar aqui é que, ao refletirmos sobre educação, somos muitas vezes tentados a homogeneizar ou simplificar as leituras com relação a determinados períodos e a determinados contextos, quando, em realidade, as situações se apresentaram como extremamente complexas, exigindo de nossa parte investigações detalhadas e problematizadoras. Assim, por exemplo, tendemos a pensar nas políticas educacionais que permearam a educação paulista a partir das propostas emanadas do poder público federal, ou estadual, da sociedade local, sem levar em conta o sistema e as propostas educacionais que para cá vieram e atuaram a partir dos grupos imigrantes e das sociedades de origem. Apenas para exemplificar, lembramos que os imigrantes japoneses que começaram a chegar a partir de 1908, conviviam no Japão com as reformas implantadas pela dinastia Meiji (DEMARTINI, 1997). Dessa forma, já tinham acesso no Japão a uma escolaridade básica de seis anos, disseminada entre os habitantes rurais e os urbanos, e muitos já tinham atingido o ensino médio e o superior. Os provenientes de Portugal, entretanto, embora muitos também tivessem conseguido atingir esses níveis mais elevados, vinham de uma nação com sérios problemas na área educacional, em que o analfabetismo era muito elevado (DEMARTINI, 2001b).

Essas diferentes convivências com o campo educacional no país de origem certamente trouxeram implicações para a vivência educacional desses grupos em São Paulo. No caso dos japoneses, implicou que procurassem manter esta tradição de escolarização prolongada: logo ao chegar, e em decorrência também da inexistência de escolas em grande parte dos lugares para os quais se dirigiram, criavam escolas, geralmente segundo os padrões do sistema educacional japonês, embora procurassem respeitar a legislação nacional, restritiva às escolas “étnicas” desde a Primeira Guerra Mundial (DEMARTINI, 1998a).

Os professores, os livros, a seriação, as propostas curriculares, a cultura escolar veiculada eram essencialmente japoneses, desde o início da imigração, em decorrência, também, da estreita vinculação entre a educação escolar e a não-escolar e informal, para as famílias japonesas. Não parecia haver um rompimento entre a escola e as famílias, mas, ao contrário, as famílias não só construíam e mantinham as escolas, como estavam presentes na orientação e controle de seu funcionamento. Mesmo quando as escolas eram oficialmente consideradas “do Estado”, foram muitas as estratégias desenvolvidas por esse grupo para continuar atuando dessa forma: auxílio na manutenção da escola, regalias para atrair professoras do mesmo grupo japonês, participação dos pais nas reuniões, decisões, etc.. Acrescentou-se a esta situação, perceptível desde o início do processo migratório, a forte pressão do Estado japonês, especialmente nos anos 1930, para tornar as escolas japonesas os principais veículos do nacionalismo japonês. O estudo de Shibata (1997) mostra como essa pressão se exercia diretamente sobre as escolas e as famílias, exatamente no mesmo período em que também no Brasil as restrições de cunho nacionalista sob o governo de Getúlio Vargas tornavam-se mais intensas. O que se constata,

assim, é que as escolas frequentadas pelos japoneses e seus filhos estiveram durante muito tempo sob a pressão de dois nacionalismos: o japonês e o brasileiro.

Também no caso dos imigrantes alemães certamente houve pressões para que orientassem seus filhos de acordo com os interesses do Estado alemão. Também diferenciadas eram as escolas por eles criadas desde o século XIX, permeadas pelo protestantismo em uma sociedade tradicionalmente católica, conforme verificamos por entrevistas que realizamos com pais de origem alemã de alunos de escola localizada na zona norte da cidade de São Paulo. Enquanto o nacionalismo japonês tentava através das escolas formar os “súditos do Imperador”, expandir os domínios do Império do Sol em outros continentes, o governo alemão, já sob a política de Hitler, tentava cooptar os alunos de algumas escolas paulistas para que pudessem transformar-se em membros do exército alemão (DEMARTINI, 1993).

Parece-nos haver, com relação às escolas criadas ou mantidas por grupos de imigrantes, um campo aberto à pesquisa; ainda há muito a conhecer sobre as interferências das políticas nacionalistas dos países de origem no funcionamento das inúmeras escolas de grupos de imigrantes. Apenas para evidenciar a dimensão desta questão, relembramos que nos primeiras décadas do século XX eram muitas as escolas não-brasileiras em São Paulo; só na cidade de São Paulo, segundo informações do *Anuario do Ensino* de 1917, de um total de 272 escolas particulares, havia 101 escolas não-brasileiras, como se pode verificar pelo quadro abaixo. Também o Censo de 1920 mostrou que 888 estrangeiros exerciam o magistério nessa mesma cidade, para um total de 3.551 professores brasileiros.

Quadro 2 – Escolas não-brasileiras na cidade de São Paulo, segundo o Anuário do Ensino do Estado de São Paulo de 1917

	Nº de estabelecimentos	Nº de alunos
Escolas italianas	49	6.882
Escolas alemãs	37	3.387
Escolas suíças	2	62
Escolas portuguesas	4	304
Escolas francesas	2	399
Escolas norte-americanas	6	1.676
Escolas inglesas	1	185

Fonte: Demartini; Espósito (1989, p. 982)

As escolas japonesas, como se nota, não estão aí arroladas, pois a imigração ainda era recente (menos de dez anos). Mas proliferaram nas décadas de 1920 e 1930, na capital e pelo interior do Estado (DEMARTINI, 2000b).

Ainda é preciso considerar que as escolas ligadas a cada grupo não eram homogêneas, mas construídas conforme as possibilidades de cada um, os recursos materiais e humanos disponíveis, a maior ou menor proximidade de escolas públicas. As escolas japonesas variaram muito não apenas quanto às séries, currículo e estrutura de funcionamento, mas também com relação aos professores contratados; às vinculações com o Estado brasileiro e com o Estado japonês; ao número de alunos; etc. O mesmo se poderia talvez verificar sobre as escolas alemãs e as escolas italianas, que, como vimos, eram muito numerosas. Questões que intrigam e suscitam investigações: como essas diferentes escolas se relacionaram com a nação de origem? E com o Estado brasileiro? E entre si? Que influências os diferentes modelos educacionais de alguma maneira introduzidos na sociedade de adoção tiveram influência sobre o campo educacional brasileiro? Que relações estabeleceram, com a cultura nacional e com os grupos de imigrantes, os intelectuais e educadores com eles envolvidos. Já aventamos em outra ocasião a hipótese de que, com a imigração japonesa, passamos a contar, paralelamente ao modelo ocidental europeu de educação escolar, também com o modelo oriental, em grande parte diferenciado naquele período (DEMARTINI, 2000a): o modelo europeu, que influenciou a estruturação do campo educacional paulista, com todas as implicações negativas para a população, especialmente o processo de exclusão (SANTOS, 1996), e o modelo pautado pela cultura oriental, voltado para a inclusão dos alunos mesmo que à custa de uma obediência rígida à hierarquia e aos valores do grupo. Seria a cultura escolar semelhante nessas diferentes escolas, entre professores e alunos permeados por culturas tão distintas?

Como temos assinalado em outras ocasiões (DEMARTINI, 2000a), considero que os significados atribuídos à escola e ao conhecimento escolar pelos diversos grupos que vieram a compor a sociedade brasileira nem sempre foram os mesmos e, também, variaram ao longo de sua história. As teias de significados diferenciaram-se para imigrantes de mesma origem conforme o contexto em que cada um se inseriu – podemos afirmar que há diferenças marcantes entre as escolas e as demandas dos pais na região metropolitana de São Paulo e as das colônias mais isoladas do interior do Estado e nos vários Estados do País. Da mesma forma, também podemos supor que os significados atribuídos pelos imigrantes às escolas étnicas passaram por mudanças ao longo do século, dependendo dos projetos familiares, do processo de ascensão econômico-social, das circunstâncias políticas, etc. Como nos lembra Martins (1999), não existe um imigrante: cada onda migratória teve um perfil de possibilidades históricas completamente específico, se comparada a outros grupos; cada um deles tem uma história peculiar.

A apreensão das diversas formas como se deu a institucionalização das escolas em nossos vários contextos socioeconômico-culturais, com diferentes grupos de imigrantes, e dos significados que acompanharam esse processo é um desafio para a pesquisa em História da Educação.

Também instigante seria analisar, a partir da perspectiva histórica, as relações entre educação e trabalho, levando em conta a imigração nessa discussão. Boris Fausto (1976) já chamou a atenção sobre a influência que os imigrantes exerceram sobre o desenvolvimento de certos campos profissionais em São Paulo. Em nossos estudos, temos procurado verificar como os projetos familiares de cada grupo de imigrantes se voltaram para determinadas profissões, e como o processo de escolarização das várias gerações de cada família era marcado pelos mesmos. (DEMARTINI, 2002a)

Que profissões eram “escolhidas” para homens e para mulheres de cada grupo imigrante e como essa demanda se configurou no campo educacional? A discussão dessas questões parece-nos importante para compreender não só a expansão de determinados cursos, mas as características do alunado e até os preconceitos que permeiam o campo educacional. Por que os alunos orientais (japoneses), são discriminados em São Paulo, acusados de “roubaram” as vagas dos cursos mais disputados da universidade (especialmente da mais procurada, a USP)? O conhecimento das características da imigração japonesa, da situação educacional no país de origem, da cultura e dos projetos familiares e das condições em que se inseriram no contexto paulista podem sugerir algumas hipóteses para o surgimento dessa forte discriminação existente em São Paulo contra os estudantes orientais, considerados muito estudiosos.

É interessante pensar que a análise do processo de escolarização de filhos de imigrantes pode levar ao melhor entendimento do processo de exclusão de grupos “nacionais”, pois permite apreender as estratégias desenvolvidas por cada um deles e a forma como foram “tratados” pela política e administração nacional.

Também podemos pesquisar as influências no campo educacional advindas da atuação de imigrantes nos processos de reestruturação do setor produtivo na primeira metade do século XX; exemplificamos aqui com a influência de alguns alemães que, imbuídos dos princípios e métodos da racionalidade no trabalho, marcaram profundamente a reformulação das relações de trabalho em São Paulo e a estruturação do ensino técnico nesse Estado (TENCA, 2002).

Uma das dimensões que consideramos muito interessantes para a pesquisa em História da Educação é o das relações que se estabeleciam entre educadores e alunos de diferentes grupos étnico-culturais (DEMARTINI, 2002b). Nas pesquisas que realizamos, observamos que as trocas interétnicas ocorreram com frequência entre a população nacional e diferentes grupos de imigrantes nas escolas por estes criadas no contexto paulista, em que, muitas vezes por imposição da política nacional brasileira, se exigia a presença de pelo menos um professor “brasileiro”. Dessa forma, professores negros, alemães, italianos, portugueses, lecionaram em escolas japonesas, pois, embora pertencentes a famílias de origem estrangeira, eram considerados brasileiros. Possivelmente o mesmo ocorreu em escolas de outros grupos étnicos;

lembramos o caso de uma professora de tradicional família “brasileira”, muito católica, que atuou durante toda a vida em escolas judaicas de São Paulo. Mas também lembramos que tradicionais famílias paulistas colocavam seus filhos em escolas católicas de ordens religiosas francesas, italianas, etc.; algumas colocavam, ao mesmo tempo, em escolas americanas protestantes (DEMARTINI, 1999).

A relação entre educação escolar e religião é outro aspecto que pode ser explorado, dada a importância que os diferentes grupos de imigrantes atribuíam à formação religiosa; mas, mesmo aqui, as diferenças também se manifestaram e podem ter orientado de modo diferenciado as culturas escolares dessas várias escolas: para os japoneses, a religião que era apresentada aos escolares pelo nacionalismo japonês era o culto ao Imperador, considerado um deus na terra (MAEYAMA, 1972); para os judeus, a cultura escolar parecia não se diferenciar da religiosa; para as escolas das ordens religiosas católicas, as prescrições eram as mesmas das escolas de cada ordem no país de origem; para alemães, norte-americanos e ingleses, as escolas eram permeadas pelo protestantismo, em uma sociedade tradicionalmente católica (DEMARTINI, 1999).

Essas breves exemplificações sobre as situações acima permitem colocar uma primeira pergunta: é possível analisar, sob a perspectiva historiográfica, o “ensino particular” em oposição ao “ensino público”, como se cada um deles fosse um conjunto homogêneo? Muitas outras poderiam também ser formuladas.

A pesquisa sobre educação e imigração implica, ainda, a abordagem da questão da língua de origem do grupo imigrante e do país de adoção. No caso paulista, foram muitas as línguas que conviveram em um mesmo estado: portuguesa, italiana, alemã, japonesa, espanhola, iídiche, russo, grego, etc. Nas escolas criadas pelos próprios imigrantes, a língua da região de origem era praticada nas várias disciplinas escolares, sendo os professores pessoas do grupo especialmente contratadas para tanto, sempre que possível; a manutenção da língua materna, no cotidiano familiar e nas escolas, era uma das maneiras de manter a cultura e as vinculações com a sociedade de origem, além de permitir a comunicação entre os próprios imigrantes, bem como a coesão do grupo. Alguns autores chamam a atenção para as relações de poder que se associam à língua. No caso dos imigrantes e seu processo de inserção nas sociedades de adoção, essa questão, parece-nos, pode ter várias leituras, que se entrecruzam. A língua falada pelos estrangeiros, que podia excluí-los da sociedade nacional na medida em que era controlada ou proibida, podia também permitir que mantivessem os outros que os circundavam afastados, pois não podiam comunicar-se com eles. Podemos pensar que, no caso tão polêmico das línguas faladas pelos imigrantes, que levaram a tantas medidas restritivas governamentais, desde a Primeira Guerra Mundial, o “poder” pode ser interpretado como pertencente aos dois lados: do grupo imigrante, que mantinha através da língua falada no grupo a expulsão dos demais, e o poder da sociedade de adoção, que

tentava impor sua própria língua ao grupo que vinha de fora, como forma de dominá-lo e submetê-lo às normas locais (SEYFERTH, 2000). O campo educacional é permeado, sempre que há grupos de imigrantes presentes, pelas disputas pela manutenção da língua local e pela subjugação da língua do outro, do estrangeiro; também pelas estratégias e táticas desenvolvidas pelo grupo para resistir às imposições da sociedade de adoção, para manter sua própria cultura (MARTINS, 1999; 2001). Sem deixar de lado o fato de que o aprendizado de línguas estrangeiras, pela população nacional, especialmente pelas camadas mais abastadas, sempre foi prática habitual e estimulada, como elemento diferenciador e que conferia distinção às mesmas; nesse caso, algumas línguas estrangeiras (o francês e o inglês) eram mais “permitidas” do que outras. Explorar, na pesquisa em História da Educação, todas as implicações que a existência e a prática de várias línguas, em contextos e períodos diferentes, trouxeram para o campo educacional pode, talvez, trazer elementos interessantes para o conhecimento deste.

A problemática da língua materna estimulada pelo grupo imigrante e da língua nacional imposta ao mesmo, estava diretamente ligada às disciplinas ministradas nas escolas, aos livros adotados, etc. Toda a organização da escola e o currículo escolar eram orientados de maneira a veicular a cultura e os valores do grupo. Parece-nos um caminho promissor na pesquisa em História da Educação, que já vem sendo pautado por alguns estudiosos, analisar as implicações desses currículos diferenciados, de livros e materiais didáticos em grande parte produzidos em outros países. Que papel essas “presenças” estrangeiras tiveram no campo educacional brasileiro? Algumas pesquisas realizadas com escolas criadas por italianos (CORRÊA, 1999), japoneses (SHIBATA, 1997; DEMARTINI, 2001), alemães (KREUTZ, 1998) têm apresentado resultados que levantam novas questões para a História da Educação Brasileira.

Levar em conta esses elementos tem implicado também a incorporação de novos aportes teórico-metodológicos; a busca do entendimento dos vários significados que permeiam o campo educacional; o entendimento das relações entre grupos de imigrantes e a sociedade de adoção, dos processos de reconstrução de identidades, dos mitos que acompanham os processos migratórios, da atuação dos Estados envolvidos, etc. Nesse sentido, as reflexões dos estudos da Antropologia, Sociologia e História podem contribuir para discussões e análises pautadas em conceitos que ampliam e “complexificam” as questões educacionais.

Compreender as complexas relações, na educação, entre as diferentes sociedades — construídas por imigrantes vários — também pode demandar do pesquisador uma ampliação das tradicionais formas de educação (escolar) tratadas pela história da educação, incorporando formas de educação não-escolares e informais.

Com relação às fontes, para além dos arquivos de documentos oficiais, os pesquisadores podem se aventurar na busca dos arquivos e fontes pertencentes aos

próprios migrantes, muitos deles esquecidos no tempo e muitas vezes pelos próprios grupos. São bibliotecas que foram constituídas em escolas, em hospitais, em clubes, etc. e que eram consultadas por famílias de imigrantes, por serem dotadas de livros relacionados à pátria de origem; muitos tratavam de temas e de autores de interesse do grupo, disponibilizavam obras que de outra forma seriam de difícil aquisição; em Campinas, toda uma biblioteca dos imigrantes alemães, utilizada pela escola da colônia, foi encontrada durante processo de pesquisa (SIMSON, 1997). Também podem ser analisadas as correspondências epistolares, que muito permitem apreender sobre as formas de educação não-escolar e informal (FERREIRA, s.d.). São muitos os documentos escritos (jornais, livros, cadernos, etc.) que podem evidenciar processos e formas diferenciadas de educação. Também têm sido fundamentais as fontes orais e as imagéticas (DEMARTINI, 1998).

Anotamos algumas pistas, entre várias, que, julgamos, podem permitir um aprofundamento dos estudos para o estabelecimento de perspectivas histórico-comparadas sobre imigração e educação:

- considerar o campo educacional em sua estruturação e propostas nos contextos de origem; tal investigação torna-se fundamental para a apreensão das marcas do sistema educacional do contexto de origem na sociedade de adoção;
- entender os significados atribuídos pelos imigrantes às escolas e educação propostos pelo país de adoção; as vinculações entre as práticas desenvolvidas em escolas “do grupo” e as desenvolvidas em escolas “nacionais”; a sobreposição da educação nacional do país de adoção à educação proposta pelo país de origem aos seus cidadãos no exterior; os conflitos, estratégias e táticas do grupo imigrante no enfrentamento de tais questões;
- verificar a atuação das elites das “colônias” na intermediação entre o campo educacional do país de adoção e os interesses econômicos, sociais, políticos e culturais do contexto de origem; os direcionamentos ao grupo no país de adoção;
- explorar a questão da língua: como os grupos vivenciam o aprendizado e o ensino da língua “nacional” e as “estrangeiras”, a obrigatoriedade e necessidade de incorporarem a língua do país de adoção; as relações de poder que se estabelecem através do conhecimento e domínio da língua “nacional” e da língua “estrangeira”;
- apreender as relações interétnicas que se estabelecem entre imigrantes e nacionais no campo educacional, as trocas culturais que ocorrem entre professores, alunos e pais em escolas “nacionais” ou “de imigrantes”;
- considerar o que ocorreu no campo educacional em grandes cidades, em confronto com o que sucedeu em pequenas comunidades, colônias e fazendas;

- investigar as vivências e representações das diferentes gerações de famílias de imigrantes;
- localizar e refletir sobre diferentes fontes no processo de pesquisa: materiais, orais, escritas (censitárias, pessoais, documentais, etc.) e imagéticas; dialogar com o conteúdo das mesmas, explorando as pistas que a complementaridade pode sugerir.

Precisamos considerar, em História da Educação, que o Brasil constituiu-se como uma sociedade multiétnica e multicultural há muito tempo. Em outras palavras, a “nossa” História da Educação é permeada por questões étnico-culturais seculares, pois a escola e a cultura escolar carregam os significados a elas atribuídas, tanto pelos grupos que delas eram tradicionalmente excluídos (escravos, negros, sítiantes, etc.), como pelos vários grupos de imigrantes que aqui chegaram. São Paulo é um campo de estudo privilegiado a esse respeito.

Referências bibliográficas

ATLAS da População do Estado de São Paulo – Governo do Estado de São Paulo. Fundação SEADE, 1991.

BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. 2.ed. São Paulo: Editora UNESP, 1994.

CAMARGO, José F. de. *Crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos*. São Paulo: FFCL/USP, 1952. (Boletim; 153).

CARVALHO, Marta M. Chagas de. *A escola e a República*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. Imigração italiana e estratégias de inserção sociocultural: a escola do Circolo Italiani Uniti de Campinas. In: DEMARTINI, Zeila de B. F. et al. *Memórias da educação: Campinas (1850-1960)*. Campinas: Autores Associados, 1999. p. 245-274. (Coleção Campiniana; 20).

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Culturas escolares: algumas questões para a História da Educação. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 3., Coimbra, 2000a. (mimeo)

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Imigração e educação: os portugueses em São Paulo no início do século XX. *Cadernos CERU*, série 2, n. 12, p. 161-169, 2001.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Imigrantes portugueses em São Paulo: algumas questões sobre sua inserção no campo econômico. *Revista Convergência Lusíada*, Rio de Janeiro, v. 19, n. especial, p. 413-430, 2002b.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Introdução. In: DEMARTINI, Zeila de B. F. et al. *Memórias da educação: Campinas (1850-1960)*. Campinas: CMU/UNICAMP, 1999. p. 11-18. (Coleção Campiniana; 20).

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Profissões e educação entre famílias de imigrantes portugueses. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 7., Rio de Janeiro, 02 a 06 de setembro 2002a. mimeo

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Relatos orais de famílias de imigrantes japoneses: elementos para a História da Educação Brasileira. In: INTERNATIONAL ORAL HISTORY CONFERENCE, 10., 1998, Rio de Janeiro. *Proceedings...* Rio de Janeiro, 1998. p. 945-963.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Relatos orais de famílias de imigrantes japoneses: elementos para a História da Educação Brasileira. *Educação e Sociedade*, v. 21, n. 72, p. 43-72, ago. 2000b.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Viagens vividas, viagens sonhadas: os japoneses em São Paulo na primeira metade deste século. In: LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo (org.). *Família em São Paulo: vivências na diferença*. São Paulo: Humanitas, 1997. p. 77-95. (Coleção Textos, série 2, n.7).

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Vida familiar de diferentes grupos étnicos em São Paulo e Campinas: educação, lazer e consumo cultural em cidades em rápida transformação (1890-1950). In: *Família em São Paulo: especificidades estruturais e conjunturais da mediação indivíduo e sociedade*. Projeto Integrado (CNPq). São Paulo: CERU, 1993.

DEMARTINI, Zeila de B. F.; ESPÓSITO, Yara L. São Paulo no início do século e suas escolas diferenciadas. *Ciência e Cultura*, v. 41, n. 10, p. 981-995, out. 1989.

FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. São Paulo: Difel, 1976. (Coleção Corpo e Alma do Brasil).

FERREIRA, Marieta de Moraes. *Fontes históricas para o estudo de imigração*. S.l., s.d. mimeo

KREUTZ, Lúcio. Identidade étnica e processo escolar. In: ENCONTRO ANUAL AMPOCS, 22., Caxambu, 27 a 30 de outubro, 1998. mimeo

MAEYAMA, Takashi. Ancestor, Emperor, and Immigrant: religion and group identification of the Japanese in rural Brazil (1908-1950). *Journal of Inter-American Studies and World Affairs*, Beverly Hills, v. 14, n. 2, 1972.

MARTINS, José de Souza. Por uma pedagogia dos inocentes. *Tempo Social: Revista de sociologia da USP*, v. 13, n. 2, p. 21-30, nov. 2001.

MARTINS, José de Souza. *O processo de imigração em São Paulo*. Palestra proferida no Museu da Imigração em 22 de abril de 1999. Transcrição de fita realizada por Herbert Rodrigues. mimeo

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: FENAME, 1974.

NÓVOA, António. Inovação e História da Educação. *Teoria & Educação*, n. 6, p. 210-220, 1992.

NUNES, Clarice. História da Educação brasileira: novas abordagens de velhos objetos. *Teoria & Educação*, n. 6, p. 151-182, 1992.

SANTOS, Boaventura S. Para uma pedagogia do conflito. In: SILVA, L. H. et al. (Orgs.). *Novos mapas culturais, novas perspectivas educacionais*. Porto Alegre: Sulina, 1996. p. 15-33.

SAYAD, Abdelmalek. O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante. *Travessia* – Revista do Migrante, São Paulo, v. 13, n. especial, jan. 2000.

SEYFERTH, Giralda. Assimilação dos imigrantes no Brasil: inconstâncias de um conceito problemático. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 24., Caxambu, 2000. mimeo.

SHIBATA, Hiromi. *As escolas japonesas paulistas (1915-1945): a afirmação de uma identidade étnica*. São Paulo, 1997. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

SIMSON, Olga R. de M. von. Diversidade sociocultural, reconstituição da tradição e globalização: os teuto-brasileiros de Friburgo-Campinas. In: LANG, Alice Beatriz da s. G. (org.). *Família em São Paulo: vivências na diferença*. São Paulo: Humanitas/CERU, 1997. p. 63-75. (Coleção Textos, série 2, n. 7).

TENCA, Álvaro. *Nos trilhos da memória: racionalização, trabalho e tempo livre nas narrativas de velhos trabalhadores, ex-alunos do curso de ferroviários da Companhia Paulista de Estradas de Ferro*. São Paulo: FE/USP, 2002.